



República de Moçambique
Presidência da República

“Gestão de Risco de Desastres em África: Desafios e Perspectivas para a Segurança Humana”

Proposta de Intervenção de Abertura de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique durante a 1042ª Sessão de Nível dos Chefes de Estado e de Governo do Conselho de Paz e Segurança da União Africana

Maputo, 29 de Outubro de 2021

Excelências Chefes de Estado e de Governo do Conselho de Paz e Segurança da União Africana;

Sua Excelência Moussa Faki Mahamat, Presidente da Comissão da União Africana;

Sua Excelência Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, Presidente República da Guiné Equatorial, Campeão da União Africana para Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos/Questões Humanitárias em África;

Sua Excelência Bankole Adeoye, Comissário para Assuntos Políticos, Paz e Segurança;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Permitam-me que comece por manifestar o nosso reconhecimento a Vossas Excelências pela disponibilidade para participar nesta Reunião.

Gostaríamos, também, de exprimir a nossa gratidão pelo apoio que os membros do Conselho de Paz e Segurança, o Presidente da Comissão da União Africana e os demais intervenientes têm proporcionado à República de Moçambique, sobretudo, durante a sua Presidência neste importante Órgão de promoção da paz, segurança e estabilidade no nosso continente.

Excelências!

Embora estejamos a testemunhar progressos assinaláveis em África no desenvolvimento socio-económico, nos últimos anos, continuamos a ser o continente mais vulnerável e o único onde os desastres têm aumentado consistentemente nos últimos 20 anos.

À medida que a África se urbaniza e desenvolve, mais pessoas e bens têm sido expostos a riscos de desastres com consequências negativas na economia, estabilidade e na situação humanitária.

A pertinência de abordar o tema sobre: *A Gestão de Riscos de Desastres em África: Desafios e Perspectivas para a Segurança Humana*, decorre do reconhecimento da gravidade de fenómenos climáticos que temos experimentado nas últimas décadas, de forma cíclica e crescente.

São eventos naturais de enorme magnitude e impacto devastador, sobre infra-estruturas, meios de subsistência, perda de vidas humanas e deslocamento de pessoas.

A estes, acrescem-se emergências humanitárias decorrentes de factores humanos, como os conflitos violentos de vária ordem que também, provocam danos humanos e materiais incalculáveis, bem assim deslocados e refugiados.

Analisando o quadro da emergência humanitária em África, podemos concluir que em termos de impacto e consequências sobre a pessoa humana, os fenómenos da natureza, resultantes das mudanças climáticas e os desastres decorrentes de factores humanos têm um efeito semelhante quanto às necessidades e volume de assistência, o que exige o mesmo tipo de resposta para mitigar o seu impacto.

Este quadro catastrófico que conjuga factores climáticos e sociais, remete-nos à necessidade de uma reflexão profunda que conduza a uma nova abordagem conceptual e institucional integrada, centrada na dimensão de “Segurança Humana” para a solução das emergências que enfrentamos.

Excelências!

O impacto das mudanças climáticas, associado às tensões políticas, conflitos violentos, terrorismo, entre outros, ameaçam a paz e segurança e constituem causas de deslocações forçadas de um número crescente de pessoas afectadas.

Os riscos naturais em África, incluem epidemias, doenças endémicas, secas, inundações, pragas, incêndios florestais, terremotos, ciclones e erupções vulcânicas.

Estes fenómenos, quando ocorrem em áreas frágeis devido a conflitos, exacerbam a vulnerabilidade das populações e diminuem, ainda mais, a sua capacidade de resiliência, multiplicando mais conflitos violentos.

O desenvolvimento desregrado, a pobreza e as mudanças climáticas são impulsionadores de catástrofes.

Conjugados com fragilidades institucionais e investimento inadequado na adaptação e resiliência, os desastres continuam a minar os ganhos de desenvolvimento, incluindo a implementação da Agenda 2063, bem como os desafios na implementação do projecto emblemático da União Africana, silenciando as armas em África, cuja implementação, agora, vai até ao ano de 2030.

A pandemia da COVID-19 exacerbou, ainda mais, as catástrofes e emergências humanitárias, aumentando exponencialmente a população carente de assistência humanitária.

A resposta à COVID-19 continua a requerer capacidade acrescida dos Estados Membros, dos parceiros de cooperação internacional e do sistema humanitário até aos limites.

As catástrofes são uma ameaça ao desenvolvimento e à segurança humana.

A confluência de catástrofes e conflitos aumenta a complexidade das emergências humanitárias.

A abordagem de segurança humana a que nos propomos, impele-nos a atacar as necessidades das camadas mais vulneráveis da população, principalmente mulheres, crianças e idosos.

Excelências!

O Relatório da ONU sobre a seca alerta-nos que este fenómeno pode vir a ser a próxima pandemia; com a África a enfrentar, danos colaterais exponenciais, que representam riscos sistêmicos para a sua economia, investimentos em infra-estruturas, sistemas de água e

alimentos, saúde pública, agricultura e meios de subsistência, ameaçando desfazer seus ganhos de desenvolvimento e resvalar para níveis inéditos de pobreza extrema.

Entendemos, por isso, que é tempo de enveredar por práticas enérgicas e proactivas no reforço da arquitectura de gestão de risco de desastres, porque estes ameaçam a segurança humana, retardam o progresso e a nossa existência como continente.

É neste contexto que a nossa Organização desenvolveu e estabeleceu políticas e instituições para a Gestão de Risco de Catástrofes, nomeadamente:

- A Estratégia Regional Africana para a Redução de Risco de Desastres;
- O Programa de Acção Africano para a implementação do Quadro Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030, que visa prevenir novos riscos, reduzir os existentes e criar resiliência assente em três prioridades:
 - (i) compreender o risco de desastres, reforçar a governação do risco de desastres;
 - (ii) financiar o risco de desastres para a resiliência e reforçar a prontidão;
 - (iii) reconstruir melhor em resposta, recuperação e reabilitação.

Paralelamente, o continente está a implementar três programas de resiliência a catástrofes: (i) Governação de Risco de Catástrofes para a Resiliência em Regiões e Países Africanos; (ii) Sistemas de Alerta Prévio de Riscos Múltiplos e Acção Precoce, e (iii) Reforço da Redução de Risco de Catástrofes para a Resiliência e Adaptação no Sahel.

Para responder às necessidades humanitárias resultantes de catástrofes e crises, a União Africana adoptou a Convenção de Kampala para a Protecção e Assistência de Deslocados em África e a Posição Africana Comum sobre a Eficácia Humanitária, comportando a nova arquitectura humanitária e um Quadro de Política Humanitária, como vector da acção humanitária em África.

Não obstante, a resposta africana às mudanças climáticas ainda não é eficaz, continuamos, no continente, a suportar o maior peso dos efeitos das mudanças climáticas, apesar de contribuir menos na emissão de gases que afectam o clima.

Por isso, a gestão da redução de risco de desastres e a criação de resiliência climática constituem prioridade, o que passa pela coordenação de esforços a nível regional, continental e global na mobilização de recursos necessários.

Excelências!

No quadro da promoção da Resiliência às Mudanças Climáticas, Moçambique acolhe o Centro de Operações Humanitárias e de Emergência (COHE) da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, SADC, como parte da Estratégia de Prevenção, Preparação e Resposta a Desastres, criação de resiliência aos fenómenos naturais que têm assolado a região.

Entendemos que acolher este Centro representa uma oportunidade para promover a adopção de instrumentos e criação de instituições que respondam ao impacto das mudanças climáticas e outras emergências associadas, de forma rápida, coordenada e atempada em qualquer Estado Membro da região.

Afigura-se necessário desenvolver Sistemas de Aviso Prévio e de Acção Precoce Múltipla, a nível continental, regional e nacional; adoptar políticas de desenvolvimento que incorporem a redução de risco de catástrofes e a adaptação às mudanças climáticas;

É crucial aprimorar a coordenação entre o mecanismo de resposta humanitária, o Centro de Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito, a Unidade de Redução de Riscos de Catástrofes da União Africana e a Capacidade Africana de Risco e que se reforcem os mecanismos continentais e regionais de prevenção, resposta e resiliência a catástrofes, entre outras medidas.

O objectivo essencial é com a correcta gestão de risco de desastres em África e, de forma colectiva, garantir a segurança humana dos africanos.

A terminar, **declaro em Vosso nome a Reunião aberta e faço votos de sucessos nos nossos trabalhos.**

Muito Obrigado!